

Passages de Paris, nº 21 (2021.1)

## ENTREVISTA: PAULO ARANTES

### O OUTRO SENTIDO.

#### UMA TEORIA CRÍTICA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

A entrevista que segue logo abaixo com o professor aposentado do departamento de filosofia da USP Paulo Arantes foi realizada em janeiro de 2018 – isto é, antes da ascensão bolsonarista – como um pedido da revista francesa de teoria crítica *Variations*, onde foi publicada em 2019 com o título: “L'autre sens. Une Théorie critique à la périphérie du capitalisme”<sup>1</sup>; título que retomamos aqui na tradução brasileira. Nossa intenção original com essa entrevista era a de introduzir e apresentar alguns aspectos da teoria crítica elaborada por Paulo Arantes para os leitores francófonos. De maneira um pouco ingênua, o entrevistador achava que o material estivesse contido nos escritos e demais entrevistas feitas com o filósofo e que a sua publicação imediata em português fosse apenas redundante, ainda mais conhecendo a economia do entrevistado em matéria de publicação. Ledo engano, pois qual não foi a surpresa de vê-la sendo referida no posfácio escrito por Giovani Zanotti para o livro *Formação e Desconstrução. Uma visita ao museu da ideologia francesa*<sup>2</sup> e pelo próprio Paulo Arantes na live conduzida por Silvio Rosa e Silvia Viana por ocasião do lançamento do volume que lhe foi dedicado na revista *Cult* #272<sup>3</sup>. Este volume sobre a teoria crítica feita no Brasil se apresentou como uma boa oportunidade para a sua publicação.

No prefácio que escreveu para *O Novo Tempo do Mundo*, Marildo Menegat nota que muitas vezes os entrevistadores se vêem atônitos diante das respostas e reviravoltas feitas por Paulo Arantes num verdadeiro “*décalage* a que o entrevistado submete o entrevistador”<sup>4</sup>. A entrevista se reduziu a apenas duas questões. Na resposta à primeira questão, além de revisitar a experiência na França da época na qual escrevia sua tese de doutorado que daria origem ao livro *Hegel: A Ordem do Tempo*, Arantes apresenta uma elaboração daquilo que havia chamado ainda nos anos 1990 de ideologia francesa. Um

<sup>1</sup> Cf: <https://journals.openedition.org/variations/1115>

<sup>2</sup> Texto traduzido neste volume.

<sup>3</sup> Cf: « Lançamento *Cult* #272 | Paulo Arantes: a teoria crítica em movimento »

<https://www.youtube.com/watch?v=ibRwunn1aFw>

<sup>4</sup>Menegat, Marildo, “Prefácio. Um intelectual diante da barbárie”, *O Novo tempo do mundo*, São Paulo, Boitempo, 2014, p. 22

momento fundamental no seu percurso de produção teórica que só seria reunido em livro depois dessa entrevista. Isto é, embora anteceda à publicação do livro *Formação e Desconstrução*, a exposição da ideologia francesa nessa entrevista lhe é *posterior*. Ela se encontra no meio do caminho entre os ensaios deste livro publicado em 2021 e as diversas lives que ocorreram por ocasião do seu lançamento. A segunda questão trata da maneira com que Paulo Arantes e Roberto Schwarz interpretaram a Teoria Crítica frankfurtiana original, especialmente das dissonâncias do tempo do mundo identificado por Adorno, Horkheimer e Marcuse com o tempo brasileiro do pós-guerra. Vale notar que, na contramão das pesquisas filológicas e arquivistas predominantes na nossa época, mais do que a letra foi o espírito deste grupo de autores alemães o mais determinante para a elaboração teórica dos autores brasileiros. A entrevista se conclui com uma elaboração em torno da ameaça da Bomba Atômica. Embora um dos personagens-chaves da época, Trump, não esteja mais tão presente, a Bomba se tornou ainda mais atual com a escalada da Guerra da Ucrânia. O relógio do tempo do mundo gira em velocidade máxima e toda demanda teórica e política se encontra subsumida à urgência da época. Infelizmente o desenrolar dos acontecimentos tem confirmado os prognósticos de Paulo Arantes. A realidade se encontra cada dia mais próxima das suas elaborações teóricas mais radicais, é o caso do perigo iminente e aniquilador de uma guerra total nuclear que extinguiria a vida no planeta. Aqui entramos nos, diz Arantes.

**Frederico Lyra – O senhor chegou em Paris no imediato pós-1968 para fazer uma tese de doutorado sobre Hegel sob a orientação do professor Jean-Toussaint Desanti. Poderíamos iniciar então por este acontecimento que completa 50 anos neste ano de 2018: Maio de 68. Além disso, poderíamos dizer que houve uma interessante convergência pois além deste acontecimento político da maior importância, o seu orientador era um Resistente e este foi também o período onde o estruturalismo era hegemônico no pensamento francês e aquilo que viria a ser conhecido como o pós-estruturalismo estava se afirmando como a nova onda internacional. Como o senhor revisitaria hoje em dia ter vivido *in loco* os desdobramentos imediatos deste momento singular político e teórico?**

Paulo Arantes - Pensando bem, de fato um memorável entrecruzamento. Como o revisitaria 50 anos depois? Por certo com alguma emoção, afinal não foi uma

experiência qualquer, mas sobretudo com o sentimento de estar visitando um museu pessoal improvisado por um curador que na época pouco ou nada sabia das coisas que mais tarde se veria na contingência de recolher, e numa ordem certamente ditada pelas armadilhas do anacronismo.

Para ser exato, cheguei em Paris em outubro de 1969, sem muita noção das coisas, como disse, salvo as arquiassabidas generalidades sobre os acontecimentos de Maio. Não sabia que estava desembarcando numa conjuntura que logo seria conhecida como o “imediate pós-Maio” e cujo sentido era objeto de disputa por uma miríade de grupúsculos, uma sopa de letrinhas na qual não era fácil se reconhecer, a começar pelo inusitado da nebulosa maoista. No ar algo como o sentimento de um recomeço, atestado pela persistência da retórica insurrecional, alimentada de resto pela campanha repressiva do Ministro do Interior.

Para um brasileiro recém chegado, aquela sensação de reprise a caminho não deixava de fazer sentido, de certa forma respirava-se àquela altura um mesmo ar de família no centro e na periferia. Veja se a analogia não procede. Naquele mesmo mês de outubro de 1969, já instalado em Paris e bem longe da Ditadura, o crítico literário brasileiro Roberto Schwarz principiava a por no papel um primeiro balanço do movimento político-cultural que no Brasil respondera ao Golpe de 1964 com uma floração intelectual oposicionista jamais vista, além de paradoxal, pois o regime era opressivo e tendia para o terror que logo chegaria com toda a força a partir do AI-5. E com ele chegara a hora da conversão intelectual à militância insurrecional, cujo ethos guerreiro e voluntarista que irradiava de Havana também se nutria, e justificava, pela crença de que a sociedade que fora contida pela força continuava igual e agitável como nunca, no ponto de ebulição que a surpreendera o contravapor da Guerra Fria. Uma panela de pressão da qual bastava tirar a tampa. Sabemos que, ao contrário da Itália, onde aliás, naquele mesmo outono quente, a estratégia de tensão ensaiava seus primeiros passos, na França, a fronteira da luta armada não chegou jamais a ser cruzada. Mesmo assim, ou por isso mesmo, naqueles últimos meses de 69, o fantasma de Maio era convocado à esquerda e à direita para anunciar, ou meter medo, algo como uma guerra civil a caminho, fermentando no mesmo caldeirão que já transbordara em 68. Nisso lembrava muito nossos preparativos de revolução na América Latina, as grandes expectativas que se armaram no nosso “sessenta e oito” muito peculiar de desafio à uma Ditadura ainda envergonhada, como se diria mais tarde.

Pois a conjuntura francesa que me tocou observar *in loco*, na condição bem acanhada de doutorando em tempo integral, de 1969 a 1973, conheceu assim uma escalada similar, por exemplo, na hegemonia ideológica dos grupos de extrema esquerda empenhados em converter o ensaio geral de Maio num cartaz permanente. Quando falo de hegemonia, penso em Sartre e Foucault na rua vendendo a *Cause du Peuple*. E na data limite de 1973, porquê justamente na semana de junho daquele ano em que defendi minha tese o Ministro Marcelin dissolveu a Liga Comunista. No mês seguinte estava de volta ao Brasil sem saber ao certo o que afinal tinha vivido.

Vivido aliás é maneira de dizer. Quando muito acompanhei à distância, por imprensa e revistas interpostas. Por incrível que pareça, só pus os pé em Nanterre, marco zero de todo o terremoto vindouro, duas vezes, para me matricular e, anos depois, para a defesa de tese. Nos primeiros tempos só me afastava da mesa de trabalho para algumas consultas na BN. Depois, nem isso mais. Tampouco visitei o parque temático em que Vincennes estava se convertendo. O espetáculo do pensamento 68 resumira-se a algumas aulas de Foucault no Collège de France, e foi tudo. Circulei muito pouco ou quase nada fora da roda de amigos brasileiros mais ou menos nas mesmas condições de temperatura e pressão acadêmicas. À volta porém o tempo fervia. À primeira vista deveria dar a impressão de alheamento, beirando a alienação. Olhando bem, nem mais nem menos do que se estivesse escrevendo minha tese em São Paulo, noventa e nove fora, a cultura da cidade. É que, a rigor, sentia-me inteiramente em casa, pois o Hegel que estava aplicadamente lendo, anotando e explicando, era sem tirar nem por, um personagem francês. A começar pelo gênero historiográfico em questão, a leitura estrutural rente ao texto, segundo os preceitos da mais tradicional escola francesa, atualizados por Gueroult e Goldshmidt. A intenção materialista não alterava grande coisa, e, sendo o marxismo professado na casa do tipo “ocidental”, antes dobrava a aposta na percepção de que o essencial de uma filosofia residia numa certa estrutura, na forma da qual então um certo conteúdo de experiência se sedimentara. E mais, um Hegel em cuja leitura éramos indefectivelmente iniciados pelo comentário de Jean Hyppolite à *Fenomenologia do Espírito*, que por sua vez ainda repercutia os efeitos colaterais da semente plantada no curso inaugural de Kojève nos anos 30 do século passado. Não cabe agora repertoriá-los, basta lembrar que as digitais daquele Hegel memorável, e a bem dizer inventado de *toutes pièces*, podem ser reconhecidas na dialética do reconhecimento do *Ser e o Nada*, ou nas elucubrações de Lacan sobre o

*stade du miroir*. O “meu” Hegel tomava outro rumo, mas o seu quadro de referências, a favor ou contra, era de ponta a ponta francês. Sem falar na esquisitice de estudar Hegel na França. Em boa lógica, para continuar em casa mesmo fora de casa, simples assim.

Ou por outra, não tão simples, pois seria preciso reconstituir a peculiar engenharia cultural que permitiu a construção de um Departamento francês de Filosofia numa remota periferia de ultramar: e mais, que tal transplante não só tenha vingado e tomado um rumo digamos “progressista” e bem na direção de uma importante tradição crítica brasileira, batizada por alguns “modesto radicalismo de classe média”, aliás nada modesto, tendo em vista o sombrio conservadorismo local que afinal desabou sobre o país com força destrutiva total em 1964. Uma transferência de técnicas intelectuais e não enculcação de doutrinas, de resto relativizadas em seu valor de face pelo emprego bem calibrado daquelas mesmas “tecnologias” de estudo e interpretação. Fomos assim nos vendo como profissionais, a ponto de considerarmos, por exemplo, o existencialismo ambiente, então em voga, coisa de amador. Tudo bem pesado, um caso de alienação produtiva, uma combinação mais do que improvável de colonização mental e esclarecimento. Assim, quando no início dos anos 60, o estruturalismo desembarcou com toda a força, foi recebido sobriamente como um velho amigo da casa, no qual se reconhecia uma espécie de revanche da filosofia universitária francesa dos tempos de Brunschvig e consortes contra a onda fenomenológica do imediato pós-guerra e todo seu cortejo de maiúsculas – Consciência, Existência etc. marchando *vers le concret*. Uma adesão ao estruturalismo seria assim redundante, quase um disparate, além de economizar as extravagâncias inerentes a essas reviravoltas espetaculares. Lia-se o manifesto anti-Sartre do último capítulo da *Pensée Sauvage* pelo filtro da lembrança de Lévi-Strauss ensinado em São Paulo no fim dos anos 30. Daí também o enquadramento de Althusser: fomos contra, menos por não embarcar no falso dilema marxismo/estruturalismo do que por considerá-lo um tremendo mal entendido, alimentado pela boa e velha epistemologia francesa do Conceito, girando em torno da distinção tão kantianamente universitária entre objeto real e objeto do conhecimento.

As coisas estavam nesse pé quando Maio chegou. No Brasil também, só que confinado ao mundo cultural-estudantil já mobilizado contra a Ditadura. Observando à distância a cena filosófica francesa, nela víamos antes de tudo desenrolar-se um drama de família. Num primeiro ato a revanche de Sartre, no seguinte um Foucault repaginado, adiante nova reviravolta e Lacan declarava que as estruturas haviam sim *descendues dans la*

*rue*, mas nem por isso a descendência maoista de Althusser deixava de se insurgir contra a lição do mestre, etc. Mas de peripécia em sobressalto o panorama que começava a se descortinar no rescaldo de Maio quando cheguei a Paris era a de uma paradoxal revoada de novos mandarins ideólogos da contestação, o retorno do estruturalismo com a roupa nova do gauchismo, uma nova hegemonia enfim em torno do conceito-rei de Discurso, transgressivo de preferência. Numa palavra, que evidentemente não posso agora trocar em miúdos, tomava corpo algo como uma alternativa imaginária de subversão global que poucos anos depois Castoriadis batizaria de Ideologia Francesa, e seria exportada para o EEUU sob a denominação de *French Theory*.

No meio desse redemoinho, o que esperar de um simples estudioso brasileiro das aventuras francesas da dialética hegeliana? Diante da enormidade da tarefa – reagir ao seu tempo por meio de um doutorado, um gênero por definição inepto –, só lhe restava cumprir o que de fato lhe prescrevia sua certidão de nascença: sob a superfície de um argumento materialista clássico – a centralidade do trabalho na redefinição hegeliana do tempo – um subtexto onde não seria muito difícil reconhecer um acerto de contas com a última reviravolta do pensamento meia oitenta em torno daquele espantinho que todo mundo adorava desancar. Refiro-me ao livro em que Gérard Lebrun mostrava justamente que a famigerada dialética nada mais era do que uma *façon de parler*, um “discurso”, porém tremendamente eficiente em sua função demolidora, uma impressionante astúcia diversionista, aliás de ambos, o filósofo e seu intérprete.\* Lançado em 1972, *La patience du concept* foi infelizmente ofuscado pela publicação momentosa do Manifesto do imediato pós-68, o *Anti-Édipo*. Eram os *désirants* que entravam em cena convertendo a ruptura que não ocorreu em celebração pop. Mas aí eu já estava na reta final e deixei para a volta a tentativa de identificação daquele novo jargão da autenticidade *soixante-huitarde*, sobre o qual só muito mais tarde escrevi um estudo, *Tentativa de identificação da Ideologia Francesa*, ao qual você se refere, para ser exato, em 1990, sendo aliás inteiramente outra a conjuntura mundial. A luta pela hegemonia nos aparatos culturais se transferira para os campi americanos, nos quais florescia um cartel entrelaçando basicamente três consórcios: a *French Theory*, o ameno cosmopolitismo ético da Teoria da Ação Comunicativa e os mutantes norte-

---

\*\*\* Ironia suplementar: durante boa parte dos anos 60 e de volta nos anos 80 para uma outra temporada no Departamento, cuja formação ajudou a completar, Gerard Lebrun foi nosso último *maître à penser*. Por pouco não fui seu aluno, embora tenha assistido parte de alguns cursos memoráveis.

americanos da virada cultural pós-analítica, em comum a gravitação de conjunto em torno do onipresente paradigma da linguagem, que desbancara o anterior, dito da Produção ou Trabalho, e sua parceira de antigos combates, a Consciência. Ainda estilhaços da explosão de Maio, que ninguém sabia mas havia sido induzida pela reestruturação produtiva que estava virando o capitalismo pelo avesso através do trabalho com a mercadoria informação.

Você mencionou a condição de veterano da Resistência de meu orientador Desanti, muito discreto a respeito. Tinha alguma notícia da lenda, mas só vim a conhecê-la por extenso quando Dominique Desanti, muitos anos depois, publicou suas memórias, *Ce que le siècle m'a dit*. E sugeriu que tal circunstância é parte da cena que você me pediu para evocar. Sei que os historiadores da Ocupação, mas principalmente os historiadores da memória daquele trauma constitutivo da França contemporânea, passaram a enxergar em 68 um *tournant* na visão da Ocupação. Devia estar no ar do tempo uma tal reviravolta, e não sei se os maoistas da Gauche Prolétarienne farejaram algo a respeito, mas o fato é que ao se apresentarem também como os protagonistas de uma Nova Resistência, é bem possível que no fundo falso daquele completo disparate já corresse o novo rio da memória e suas políticas de restauração e verdade, tanto é assim que sem nenhum aviso prévio, em abril de 71, estreou o filme divisor-de-águas de Marcel Ophuls, *Le chagrin et la pitié: chronique d'une ville française sous l'Occupation*, no caso Clermont Ferrand. Foi o choque que se sabe. Só 10 anos depois o filme chegou à televisão. Não sei como consegui entrar numa das primeiras sessões numa sala do Quartier Latin, o Saint-Séverin. Dois anos depois, outro escândalo, *La France de Vichy*, de Robert Paxton, cuja controvérsia acompanhei pela imprensa, mas o livro só vim a ler muito depois. Para ser historicamente honesto, quando se começou a abrir no Brasil a caixa de Pandora dos crimes da Ditadura, mas sobretudo as misérias da “colaboração” local, e, aos poucos, emergia a percepção horrorizada do consenso a favor predominante nos anos de chumbo. Nesse momento, foi de novo decisivo o papel da historiografia francesa do Presente. Justamente aquele tempo que se abre para os contemporâneos com a “última catástrofe”, na fórmula de Henry Rousso – para nós sem dúvida o desastre de 1964, com a diferença de que o Ocupante sempre esteve entre nós. Desde então, e cada vez mais, a história com maiúscula passou a ser vivida como uma coleção de desgraças a serem reparadas e prevenidas. Já que o futuro, à sua imagem e semelhança, não

poderia anunciar nada senão ameaças de repetição. Podemos considerar se essa nova relação entre a política e o tempo não teria surgido da ressaca do imediato pós-68.

**F. L.) O senhor, junto com o crítico literário Roberto Schwarz, foi um dos primeiros leitores brasileiros da chamada Escola de Frankfurt. No entanto, uma certa leitura corrente vê esta escola como sendo demasiadamente eurocêntrica e elitista. Como foi descobrir e de certa forma introduzir esta escola de pensamento em um país de terceiro mundo como o Brasil? No que ela pode ou não ser interessante para a leitura deste objeto que é o Brasil e daquilo que política e culturalmente prolifera neste país? Além disso, em quês autores como Theodor W. Adorno, Hebert Marcuse ou Walter Benjamin continuam ou não nossos contemporâneos? Por exemplo, o que seria pensar o Brasil através do conceito de indústria cultural?**

P.A. – Conheci o crítico literário Roberto Schwarz em 1965. Foi de fato o primeiro leitor brasileiro de Adorno e Benjamin que conheci. Deste segundo nunca ouvira falar e quanto ao Adorno, sabia que existia, sem ter é claro a menor noção do que se tratava, ao vê-lo citado na cena do hospital, logo no início de *A Noite* de Antonioni. Naquela cena da vida arruinada em plena decolagem da modernização italiana, tal menção não era nada acessória, e mostra como estava avançado o debate italiano acerca do escândalo da vida que continua depois de morta. Roberto não era ainda um leitor sistemático da escola de Frankfurt. Aliás pouco se sabia então acerca da real dimensão daquela variante de Marxismo Ocidental, salvo na Itália, como lembrei, e, mesmo na Alemanha, sua redescoberta dava ainda os primeiros passos. Suas preferências eram por assim dizer avulsas. Era um entusiasta do materialismo herético do ensaio sobre a Nova Música e desconfio que àquela altura a *Minima Moralia* já era lida como um manual de *savoir vivre* intelectual, sem falar obviamente nas *Notas de Literatura* que estavam começando a sair. Naquele mesmo ano em que os frankfurtianos me foram apresentados sem que eu soubesse muito o que fazer com eles, Roberto publicara um artigo surpreendente sobre o *8 ½* de Fellini, inteiramente destoante mesmo da boa crítica cinematográfica praticada na época, um artigo em que já era visível, embora discreta, a impregnação inteligente pelo Benjamin da *Reprodução técnica da obra de arte*. Via-se que era algo mais que boa



crítica de cinema, como logo se perceberia que sua crítica já não era mais apenas literária.

Não se trata de mero transplante, longe disso. De início, embora poderosa, era apenas uma referência a mais, um outro modelo de pensamento no âmbito teórico da esquerda. Que de resto não caia em terreno virgem, muito pelo contrário, já bem trabalhado pela cultura organizada na forma de estudos sociais e literários, numa Faculdade razoavelmente esclarecida. E também pela passagem por um mítico grupo de estudos do *Capital*, totalmente discrepante das convenções em vigor nas tendências marxistas clássicas, e no modo pelo qual interpretavam a peculiar condição periférica do Brasil, a marcha ascendente das etapas da evolução econômica e suas respectivas tarefas históricas, como a incontornável revolução democrático-burguesa, na antessala do socialismo etc. O encaixe todavia estava bem longe de ser pacífico. Nosso precursor e cicerone havia lido e bem lido *História e Consciência de classe*, considerada a certidão de nascimento do Marxismo Ocidental, e como continuava fiel ao Lukács ulterior, apesar de todos os pesares, arranjou então um casamento de conveniência entre Lukács e Adorno: o primeiro para as grandes questões do Realismo, o segundo, para as grandes aporias da Vanguarda, para as quais o Lukács da normalização soviética era cego. Acresce que para seu professor e mestre, de quem neste meio tempo tornara-se assistente, para Antonio Candido, cujo nome àquela época já era todo um programa de renovação dos estudos literários – um programa de sondagem em profundidade da experiência brasileira através das formas de sua representação literária, nada mais nada menos do que um Auerbach revisado para acolher as revelações de primeira, propiciadas por uma matéria de segunda – Adorno e Cia. sempre foram um livro fechado, raramente aberto e quase sempre com estranheza. (Uma geração depois, aqueles frankfurtianos da primeira hora ainda seriam rejeitados como críticos a um tempo sentimentais e abstrusos de um capitalismo que ainda não teria dado sua última palavra na recuperação das sociedades periféricas. Obviamente o reino do Antonio Candido nunca foi deste mundo, onde se misturam apologia e não menos arrevesadas questões de método.)

Insisto no ponto, aparentemente lateral, porque estamos muito próximos do coração da matéria. Afinal você quer saber o quanto de reavaliação e estranhamento produzira entre nós aquela primeira versão da Teoria Crítica, nascida da urgência do entre-guerras europeu e aos poucos se dando conta de que a implosão da civilização liberal-burguesa,

não só produzira três formações monstruosas: o nazismo, o stalinismo, e o admirável mundo novo americano a caminho de uma outra explosão (nuclear desta vez). Mas também, o que era ainda mais estarrecedor, foram se dando conta que se tratava igualmente de formações no fundo aparentadas, pois paridas do mesmo ventre de um sistema demencial de transformação de trabalho em dinheiro como um fim em si mesmo. Uma revelação sem dúvida chocante. Pois todo o esforço de guerra, orientado para a derrota militar do nazismo por meio de uma aliança in extremis entre as sociedades de mercado do Atlântico Norte e o socialismo burocrático da União Soviética, fora alimentado pela crença sem dúvida muito verossímil de que se tratava de uma batalha de vida e morte entre os herdeiros do Esclarecimento e os representantes de um impensável retrocesso bárbaro. As Grandes Esperanças de 1945 no renascimento paradoxal de uma civilização que se autodestruíra brotavam justamente dessa transposição das frentes de guerra em uma luminosa vitória da coalizão iluminista entre liberais e comunistas sobre as forças exterministas das trevas. Voltando ao comentário da pergunta anterior: para se medir o grandioso feixe de expectativas que irradiavam do Ano Zero de 1945, basta lembrar, pensando novamente no exemplar drama francês, que todo o período da Resistência fora vivido como a antecâmara da revolução, que com a libertação do jugo nazista na Europa, “*les lendemains qui chantent*” anunciados por Gabriel Péri ao ser fuzilado, finalmente estavam ao alcance da mão, sendo então simplesmente inconcebível que depois de tamanho combate nas trevas a vida continuasse como antes. Mas foi o que aconteceu, em 1947 já não havia mais ilusões a respeito, a Colaboração não só compensara como no fundo vencera, e o “tesouro das Revoluções” (Hannah Arendt) fora novamente enterrado. Adorno e Horkheimer não esperaram a guerra terminar para perceber o tremendo ponto cego naquele triunfo da *Aufklärung*: que o processo do esclarecimento era a rigor uma processo de dominação (a começar pelo da Natureza), comum às três ideologias que disputavam o rumo da modernidade: liberalismo, socialismo e fascismo. Tampouco esperaram a Guerra Fria principiar (novamente dois fronts, um geopolítico e um ideológico) para mostrar que dos dois lados da famigerada cortina de ferro prosperavam sociedades similares e irmanadas na lógica da administração total.

Sem dúvida aquela visão era eurocêntrica, mas aqui também era o caso de um eurocentrismo de um tipo novo e contraintuitivo, pois se é fato que ignoravam e não levavam em conta a dinâmica específica da antiga franja colonial do sistema, depois

Terceiro Mundo (nem mesmo o Marcuse do ativismo anti-guerra do Vietnã), nunca se enganaram a respeito do consenso keynesiano que presidira a reconstrução europeia, a miragem dos “trinta anos gloriosos” de um capitalismo organizado e portanto livre de crises, uma espécie de máquina de crescimento autorregulada. Pois no Brasil de 45, o desenvolvimentismo que então madrugava espelhava-se justamente neste modelo europeu de capitalismo normalizado. E mesmo o horizonte cepalino de superação do subdesenvolvimento, por mais que se contrapusesse ao etapismo das políticas de modernização preconizadas pelo centro hegemônico de turno e comportasse assim alguma dose de negação e crítica, impedia até mesmo a compreensão de que o paradigma que norteava nossa busca de uma saída nacional pudesse estar envenenado. E foi assim até com o marxismo heterodoxo, aquele mesmo do Seminário Marx, que, segundo Robert Schwarz, teria gerado uma “intuição nova” do Brasil, sendo não obstante, quando muito, um marxismo industrializante, na fórmula com que fechou sua recapitulação do percurso intelectual que levava um dos membros daquele grupo à Presidência da República.

Nestas condições imperativas de manobrar o capitalismo a favor de uma construção nacional, como esperar que uma leitura mesmo esclarecida dos ensaios de crítica cultural de Adorno (para não falar nos diagnósticos de época) pudessem falar à imaginação intelectual e política de um Antonio Candido (para ficar no maior de todos), salvo no que concerne as afinidade significativas do método crítico, como bem mais tarde Roberto costumava assinalar? Por isso, o que mais impressiona quando relembro o entusiasmo do nosso crítico com o ensaísmo de Adorno é como aquele horizonte flagrantemente rebaixado podia conviver com as grandes expectativas da hora, cujo tempo era ascendente e apontava para uma ruptura digamos clássica, tão intensas, tais expectativas, que nem mesmo a pancada definitiva de 64 arrefeceu-lhes a fervura – bastava destampar a panela de pressão como lembrado há pouco.

Deixando a exceção Marcuse de lado, posso apenas mencionar de passagem o tremendo desencontro de 68 entre a Teoria Crítica e a explosão de Maio: enquanto a nova esquerda nas ruas e nas ocupações se reconhecia na Grande Recusa, curiosamente ressuscitada num círculo de mandarins, Adorno e Cia. não escondiam sua perplexidade diante de coquetéis Molotov arremessados por conta do modelo de pensamento cuja mola secreta provinha da constatação de que o vir-a-ser mundo da filosofia, na profecia dos clássicos que justamente conceberam o mundo como crise, não se cumprira e saíra

de cena. Antes de voltar ao Brasil, não posso deixar de lembrar – já que você me fez uma pergunta sobre a atualidade da Teoria Crítica original – que a teoria marcusiana da sociedade unidimensional dizia exatamente isto: que o capitalismo dito organizado pelo Estado era precisamente essa tal panela de pressão a explodir, pela desmedida da repressão em todas as esferas de vida, funcionalmente supérflua àquela altura de um descomunal desenvolvimento das forças produtivas que, no entanto, não se podia mais distinguir de seu avesso destrutivo: a simbiose entre afluência e Warfare. Não custa ver que nada disso poderia fazer sentido para uma esquerda nacional, no entanto perplexa com o desenvolvimento do subdesenvolvimento, como Gunder Franck andou dizendo por aqui. Mas não era assim a “margem” antagônica imaginada por um Marcuse descrente da capacidade disruptiva da crítica social imanente no coração do sistema?

Mas com isto já estou de volta ao trilho brasileiro, aliás duplo, beirando a duplicação da personalidade intelectual, no caso do crítico Roberto Schwarz, pelo menos naquela quadra mais agitada dos anos 60: Marxismo Ocidental de um lado – como interpretado certa vez, nada mais nada menos do que uma teoria crítica justamente de uma derrota histórica, a da Revolução, na hora mais alta da crise do século XX –, por outro, no mínimo *compagnon de route* de algo próximo de um socialismo nacional-popular, como nosso tempo exigia e todos nos deixávamos levar pela correnteza. Não perdi o foco: saber se afinal a Teoria Crítica foi decisiva ou não na renovação da percepção do país herdada da melhor tradição crítica brasileira. Outra singularidade nacional: esta tradição, cuja primeira cristalização remonta a uma meditação agoniada de mais de século acerca de nossa anomalia de nascença, a fusão de capitalismo e escravidão. Pois acho que tal fecundação mútua aconteceu, e pode ser reconhecida, no ciclo machadiano de Roberto Schwarz. Acho até, sem muito exagero, que nesse ciclo de ensaios hoje clássicos, quem procurar achará mais do que a semente de todo um programa de estudo e intervenção, não só para a crítica literária brasileira, mas para um eventual renascimento da referida tradição crítica, cuja origem radical Roberto redescobriu justamente no Machado de Assis da maturidade. Relembro que, ainda segundo Roberto, na prosa de ficção do segundo Machado, o narrador é sempre um tipo social cujo gosto refinado, pautado pela norma burguesa do auge liberal, convive, sem maiores *états d'âme*, com o substrato bárbaro local. O efeito satírico é duplo, e recíproca a desmoralização dos dois polos ideológicos em confronto, propiciada pelo surreal escravismo liberal que nos definia.

Pois então acho que Roberto Schwarz deu um passo adiante que não teria sido possível sem a impregnação refletida e produtiva da Teoria Crítica original, algo como um juízo sobre o tempo presente a partir da nota específica da matéria brasileira. Mas não só, até aí foi Antonio Candido. Aqui o passo a frente: esse tempo presente não é um recorte qualquer, mas uma época, a nossa, cuja data inaugural é uma Queda, um desastre sem volta, depois do qual, no entanto, a vida e sua reprodução social prosseguem, mas num modo danificado sem remissão. Como lembrei na resposta anterior, o historiador Henry Rousso escreveu um livro para mostrar que não só esse é o caso – todo Tempo Presente, mais precisamente, toda história dita contemporânea começa com uma catástrofe, a última – mas constatando, além do mais, que o fenômeno por excelência que escande o tempo histórico ocidental moderno, desde a Revolução Francesa, é sempre a saída de uma guerra, e guerra por assim dizer cataclísmica, de sorte que o interesse pelo passado próximo parece inelutavelmente ligado a um momento de violência paroxística. Tampouco uma violência qualquer. E nisso a periferia capitalista é um laboratório privilegiado, na condição de casa das máquinas da acumulação primitiva e da caça ao homem que lhe é correlata. Não é difícil atinar com a nossa última catástrofe, como tampouco é difícil entender porque, para os franceses, junho de 1940 pode ser o início do Presente, de resto confirmado pela brecha histórica que se fechou, paradoxalmente, na saída vitoriosa da guerra. Nossa última catástrofe foram os 20 anos de ditadura, como já disse. Pois foi a revelação de que, a partir do Golpe, a elite brasileira estava disposta para o que desse e viesse na escala do horror, e, a latino-americana, nos 30 anos de Terror Branco que se seguiram, e que forneceu ao nosso crítico a nova ótica pelo prisma da qual reconheceu enfim a atualidade de Machado de Assis. E lhe permitiu tirar daí as consequências que se sabe. Ou melhor, não se sabe tanto assim. Por exemplo, que o tempo morto dos romances machadianos estava de volta com o grande trauma de nascimento do Brasil contemporâneo em 1964. Isso não é tudo. Mais importante e decisivo é o reconhecimento de que com a interdição subsequente da expectativa já um tanto imaginária de superação do subdesenvolvimento, nem por isso a vida deixaria de se reproduzir com as características sociais próprias de um rebaixamento inédito e que tinha, é claro, correspondência no centro orgânico do sistema, o qual começava também a se periferizar com a implosão continuada da sociedade do trabalho em que dera o compromisso do pós-guerra. Ao incorporar o diagnóstico dos teóricos alemães da

Crítica do Valor, logo no início dos anos 90, Roberto passou a reconhecer, em nossa “sociedade derrotada”, uma sociedade pós-catástrofe.\*

Não vou, é claro, enumerar os sintomas, basta olhar à volta, pois acho que, há uma geração, esse estado de emergência se alastra da periferia para o centro. Insisto que o ponto nevrálgico desse esquema encontra-se na redefinição da reprodução social depois da Queda, que uma vez o mesmo Roberto, em pleno capítulo Collor de crapulização da elite brasileira, descreveu como uma absurda disposição de continuar levando a vida em circunstâncias cada vez mais impossíveis. Sem tirar nem por, esse o juízo inapelável de Adorno desde os primeiros tempos de saída da Grande Guerra de 30 anos encerrada em 45, e cuja lógica de desintegração começou a registrar nas *Minima Moralia*. Como quem diz: Vejam que mesmo nos campos de concentração não deixava de haver trabalho, horário, comunicação, moradia, planejamento, quer dizer: naquelas condições absolutamente impossíveis, a vida continuava. Essa uma das metáforas do nosso tempo, depois de uma outra e fundamental Queda, que Roberto formulou, e acabei de citar, ao reler o grande ensaio de Adorno sobre o Beckett de *Fim de partida*, fim que “acontece” numa Europa pós-bomba e campo, muitos anos depois de atinar com a chave da dialética truncada nos romances de Machado. Sem os vasos comunicantes que o ligavam mais ao espírito do que à letra de um Adorno, não saberia tirar proveito da constatação decisiva de que a dialética superadora dos clássicos não funciona no Brasil. Não tão simples assim, mas já fui longe demais, além é claro desta enormidade que foi começar a pensar o Brasil por assim dizer “depois do fim do mundo” (como se pode ler no título de um livro de Marildo Menegat sobre Adorno), mais especificamente, depois

---

\*\*\* A expressão “sociedade derrotada” encontra-se no *Ornitórrinco* de Francisco de Oliveira, ensaio no qual faz um balanço geral das conseqüências do colapso da modernização brasileira, desativada na esteira da Terceira Revolução Industrial e suas condições proibitivas. Façamos as contas. Derrotada primeiro pela violência política do Golpe de 64. Derrotada ao sair da Ditadura como uma sociedade de desindustrialização endividada. E derrotada agora por um segundo golpe farsesco. Tudo somado, três vezes uma “desistência histórica” – sempre por iniciativa de uma classe dirigente hoje decididamente se reproduzindo sob o signo da delinquência – ao longo das quais fomos nos transformando no monstro social de agora. Prefaciando em 2003 o livro do Chico de Oliveira, não sei se pensando em desenvolver mais adiante o argumento, Roberto Schwarz forneceu a regra e o compasso do nosso, a saber: que o anticlímax ligado ao esgotamento do desenvolvimentismo, que se exauriu sem cumprir o que prometia, reverberava um outro e provava assim ser caudatário de um outro Big Bang, a frustração dos momentos de esperança incomum despertada pela vitória de 1945 sobre o nazi-fascismo. Custou, mas enfim chegou em 1964 o recado de que as portas que se abriam em 1945 para uma forma superior de sociedade desde sempre estavam fechadas, pelo menos pelas vias sistêmicas. Até que o derretimento do mundo soviético rifasse a via antisistêmica falsamente alternativa. E atenção: prefaciando certa vez uma edição do *18 Brumário*, e corrigindo Marx, Marcuse alertou para a real tragédia da repetição farsesca da história, que teria aberto desde então o caminho para o fascismo a partir do momento em que a sociedade capitalista não consegue mais se governar sem apelar para a política de terra arrasada do lumpesinato de plantão. E a nossa sempre foi uma lumpen-burguesia, como se houvesse outra, o perene sonho de consumo do progressismo nacional.

da nossa última catástrofe, resta saber qual delas, passando o cursor pela linha do tempo brasileiro agora que o vemos transcorrer no mesmo leito do tempo do mundo que há setenta anos é medido simbolicamente pela maior ou menor proximidade de seu próprio fim.

Me explico: desde 1947, a Sociedade dos Cientistas Atômicos, fundada por dissidentes do projeto Manhattan, publica um Boletim anual no qual figura o diagrama de um relógio, cujos ponteiros ora se aproximam ora se afastam de uma inequívoca hora final, meia noite, na qual se associa a treva mítica derradeira a uma explosão cataclísmica cientificamente manufaturada. Nos últimos anos, no editorial explicativo, acrescentam-se dados sobre o andamento da bomba climática e seus derivados. Essa peculiar figuração do novo estado das coisas – a vida que continua depois do impensável ter ocorrido – certamente vale o que vale qualquer outro emblema de época, mas todo o mundo compreendeu quando adiantaram o Relógio do Juízo Final de 3 para 2 ½ minutos, uma semana depois da posse de Donald Trump. Quando digo todo mundo é todo mundo mesmo, não só os apocalípticos de sempre, com os frankfurtianos no topo da lista, mas agora os integrados, o *establishment* global em choque: só no ano anterior, com eventos extremos como o Brexit e Trump, para não falar na avalanche migratória recente, seguramente o fenômeno disruptivo por excelência desta última década, sem esquecer é claro a ampla e inusitada insurgência eleitoral da direita populista, e o pano de fundo de sempre do terrorismo. São os integrados agora que falam de uma Grande Regressão, que eu só estou mencionando para assinalar o quanto o outro lado, por assim dizer, também passou a raciocinar politicamente em termos de expectativas declinantes, pois afinal foi uma outra saída de guerra que ao se frustrar marcou um outro presente, refiro-me às *Grand Expectations* alimentadas pelo lado vencedor da Guerra Fria. Foram quase 30 anos de recalque. Dito isso, não sei se respondo totalmente à sua pergunta sobre a atualidade da Teoria Crítica original, cuja inatualidade costuma ser apontada por terem atrelado sua fortuna crítica à indefinida sobrevivência do arranjo fordista do imediato pós-guerra, e, como esta ordem deixou de existir com a vitória do contragolpe neoliberal, teria no mínimo ficado sem assunto. Como nunca se deixaram convencer pela fachada pacificada destas sociedades pós-catástrofe... Aqui entramos nós.